



PROCESSO Nº:	@REP 21/00507308
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Concórdia
RESPONSÁVEIS:	Rogério Luciano Pacheco Claiton Casagrande
INTERESSADOS:	Roda Brasil Pneus Claudinei Américo Toniello Camila Paula Bergamo (Procuradora)
ASSUNTO:	Possíveis irregularidades no edital de Pregão Eletrônico 42/2021, visando o registro de preços para aquisição de pneus novos, câmaras, colarinhos e material para conserto de pneus.
RELATOR:	Sabrina Nunes locken
UNIDADE TÉCNICA:	Divisão 5 - DLC/CAJU/DIV5
RELATÓRIO Nº:	DLC - 925/2021

I. INTRODUÇÃO

Trata-se de representação, protocolada em 13 de agosto de 2021, pela empresa Roda Brasil Pneus, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.889.977/0001-98, com sede na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 5065, bairro São Cristóvão, Concórdia/SC, sendo representada pela Dra. Camila Paula Bergamo, com fundamento no §1º do art.113 da Lei Federal nº 8.666/93, comunicando supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Concórdia, visando o registro de preços para a aquisição de pneus novos, câmaras, colarinhos e material para conserto de pneus, no valor previsto de R\$4.488.254,42.

A representante realiza 02 (dois) questionamentos, quais sejam:

- 1) Da exclusividade ou da cota reservada;
- 2) Da exigência da ENCE – etiqueta nacional de conservação de energia, prevista no item 15.3 do Termo de Referência – Anexo A do Edital.

Alega que “tais exigências mostram verdadeira afronta aos princípios estabelecidos pela Lei 8.666/93, haja vista que a empresa labora exclusivamente com produtos importados, sendo assim, impossibilitando sua participação no certame”.

E, ao final, a representante requer o cancelamento imediato do pregão, com abertura prevista para o **dia 18 de agosto de 2021**.



II. ANÁLISE

2.1. Admissibilidade

Conforme o § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/93, qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas de Santa Catarina.

A representação está prevista no Capítulo VII da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, nos artigos 65 e 66.

Ainda, o art. 24 da Instrução Normativa nº TC-021/2015 prevê quais são os requisitos indispensáveis que devem estar presentes na representação para que ela possa ser admitida, como segue:

Quadro 1: IN nº TC-21/2015

Artigo 24	Requisitos	s/n/p e fls.
Caput	A representação prevista nesta Instrução Normativa deverá referir-se à licitação, contrato ou instrumento congênere do qual seja parte entidade ou órgão sujeito à jurisdição do Tribunal de Contas	s
	serem redigida em linguagem clara e objetiva, estar acompanhada de indício de prova de irregularidade	s
	conter o nome legível do representante, sua qualificação, endereço e assinatura	s
§1º	A representação deve estar acompanhada de cópia de documento de identificação do representante, nos seguintes termos:	
I – se pessoa física	documento oficial com foto	p
II – se pessoa jurídica	número de CNPJ, seu respectivo comprovante de inscrição e atos constitutivos, documentos hábeis a demonstrar os poderes de representação e documento oficial com foto de seu representante	12/16 11 17

S = Sim, N = não, P = prejudicado por não se aplicar ao caso.

Portanto, considera-se que todos os requisitos previstos na Instrução Normativa citada foram atendidos para a apreciação da presente representação nesta Corte de Contas.

2.2. Do questionamento

A representante realiza 02 (dois) questionamentos, quais sejam:

2.2.1. Da exclusividade/cota reservada

Nos termos da inicial, a representante, às fls. 4 a 8, questiona a exclusividade ou cota reserva da licitação, nos seguintes termos:

DA EXCLUSIVIDADE/COTA RESERVADA



O Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterado pela Lei Complementar nº 147/2014 dispõe que:

[...]

Resta claro no dispositivo legal que os benefícios concedidos às ME/EPP objetivam o desenvolvimento econômico estadual e por isso, a Administração Pública tem o dever e obrigação de aplicar o tratamento diferenciado na forma e limites da referida lei, em observância aos princípios da legalidade, isonomia e eficiência.

Entre os benefícios concedidos a essa categoria de empresas nas contratações públicas destaca-se o artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, in verbis;

[...]

Nota-se que o citado dispositivo legal concede três diferentes benefícios às ME/EPP.

O inciso I aplica-se às licitações cujo valor estimado seja igual ou inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais); o inciso II as licitações das obras públicas; e o inciso III reserva cota de até 25% do objeto da licitação.

Percebe-se que os incisos I e III utilizam o verbo “deverá”, ou seja, obrigam a aplicação dos benefícios às contratações públicas.

Imperioso ressaltar que, o benefício do inciso I aplica-se de forma exclusiva às ME/EPP dentro do limite de valor, enquanto que, no inciso III o benefício é aplicado de forma preferencial dentro de um limite de até 25% do certame às ME/EPP.

Dessa maneira, enquanto o inciso I limita à participação exclusiva das ME/EPP, o inciso III dá preferência a dividir a licitação, conferindo que um percentual seja para participação das empresas que possuem o referido benefício, não impedindo a participação de outras empresas, caso não haja MEP's vencedora.

O benefício da Cota Reservada de até 25% para ME/EPP é uma obrigatoriedade, na qual a Administração Pública não pode apenas definir o percentual, porém não se omitir de aplicá-lo. Assim, nota-se a preferência das propostas oferecidas por MEs e EPPs, sem que haja o impedimento de outros tipos empresariais apresentarem suas propostas.

Contudo, no presente caso, verifica-se que o valor total da licitação atinge o montante de R\$ 4.488.254,42 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E OITO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS). A cota reservada a ME/EPP estipulada pela Lei é de ATÉ 25%, conforme evidenciado acima. Exemplo hipotético, mesmo que utilizasse 25% do montante da licitação, chegaríamos no valor de R\$ 1.122.063,605 (UM MILHÃO, CENTO E VINTE E DOIS MIL, SESSENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS) para que fossem destinados a cota reservada para ME/EPP.

Ocorre que, em análise ao presente ato convocatório, verificou-se que os valores destinados a cota reservada para ME/EPP somam o importe de R\$ 1.977.188,52 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E SETENTA E SETE MIL, CENTO E OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), ou seja, **valor bem acima do limite de até 25% previsto na legislação para cota reservada de ME/EPP**, o que fere de forma DIRETA o princípio da legalidade e ampla concorrência às demais empresas de ampla participação.

Em sendo assim, resta evidente a necessidade de SUSPENSÃO do presente processo licitatório, para que seja adequado o edital para que fique de acordo com a legislação no que concerne aos limites estabelecidos pela cota reservada de até 25% para ME/EPP.

Percebe-se ainda que, o benefício da Cota Reservada, inciso III da Lei Complementar nº 147/2014 que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, prevê “cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto”, ou seja, **é discricionariedade da Administração Pública reservar cota de 1 até 25% do objeto, conforme conveniência administrativa.**



Essa cota se refere à quantidade total do objeto licitado, ou seja, a soma de todos os quantitativos dos itens da contratação. Quanto à distribuição ou divisão do objeto da licitação para destinação à Cota Reservada, existe duas formas possíveis: atribuir cota de "até 25%" para todos os itens da licitação ou destinar uma quantidade de itens do objeto de forma a alcançar o quantitativo necessário à cota de "até 25%" do objeto. Em sendo assim, ante o exposto, requer-se a republicação do edital observando os termos acima delimitados, como medida de direito e justiça a ser aplicada. (Grifado pela representante)

A representante alega "que os valores destinados a cota reservada para ME/EPP somam o importe de R\$ 1.977.188,52 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E SETENTA E SETE MIL, CENTO E OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), ou seja, valor bem acima do limite de até 25% previsto na legislação para cota reservada de ME/EPP, o que fere de forma DIRETA o princípio da legalidade e ampla concorrência às demais empresas de ampla participação".

Os incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 prescrevem:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - **deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

[...]

III - **deverá estabelecer, em certame para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25%** (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

[...]

(Grifou-se)

Quando não se aplica o artigo 48 da Lei Complementar? Isto é, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica? O artigo 49 da LC 123/2006 prevê que:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar **quando:**

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II - **não houver um mínimo** de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **não for vantajoso** para a administração pública ou **representar prejuízo** ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

[...] (Grifou-se)

Cabe citar o Prejulgado nº 2205 que diz:

Conforme disposto no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006, é **obrigatória a realização de licitação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sempre que os itens ou lotes submetidos à competição tenham valor adstrito ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** (Grifou-se).

No mesmo sentido a Zênite, que segue:

LC 147/2014: Novidades sobre a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas.

Autor: Gabriela Lira Borges

Categoria: Contratos Administrativos, Licitação, Planejamento

Tags: empresa de pequeno porte, microempresa, preferência, tratamento favorecido

Recente diploma normativo veio a reforçar o tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte pelo ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 que promoveu modificações na Lei Complementar nº 123, de 2001, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Além das alterações promovidas diretamente na Lei nº 123/2001, a LC nº 147/2014 alterou outros diplomas normativos, dentre os quais o Código Civil – Lei 10.406/2002, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis – Lei 9.099/95 e também a Lei nº 8.666/93.

[...]

O art. 48 da LC 123/2001, também alterado pela LC 147/2014, prevê uma série de medidas com o fim de implementar concretamente o tratamento favorecido às ME e EPP em licitações públicas, dentre as quais, a realização de certames destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Nesse sentido, **seu inciso I passou a prever que a Administração Pública deverá (e não mais poderá como constava na redação anterior), "realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);", alterando de facultativo para obrigatório o caráter desta diretriz.**

[...] (Grifou-se)

(Fonte: Zênite)

Sendo assim, é pacificado que o valor de R\$ 80.000,00 a ser considerado para fins da licitação exclusiva se refere **aos itens ou lotes** submetidos à competição.

Para aqueles itens que superem o valor acima, deverá ser estabelecida a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Para a análise, cita-se a Relação de Itens do objeto do Pregão Eletrônico nº 042/2021, promovido pela Prefeitura de Concórdia que se encontra às fls. 47 a 49 e assim foi constituído:

Quadro 2: Relação de itens – Anexo 'B' do PE SRP nº 42/2021 - PMC

Item	Produto	Qde.	Preço unitário (R\$)	Total por item (R\$)	Total parcial (R\$)	
------	---------	------	----------------------	----------------------	---------------------	--

A	- Itens exclusivos ME EPP				1.232.274,42	
1	Remendo a frio	600	1,20	720,00		
16	Câmara de ar	236	315,00	74.340,00		
25	Pneu 12.5x16.5	38	1.899,00	72.162,00		
40	Pneu 225/65/R16	50	850,00	42.500,00		
68	Pneu radial	88	715,00	62.920,00		
69	Ventil p/ câmara	800	0,41	328,00		
B	- Itens de ampla concorrência				2.492.265,00	
70	Pneu tipo trator	15	8.650,00	129.750,00		
75	Pneu 17,5x25	18	5.690,00	102.420,00		
81	Câmara de ar	605	255,00	154.275,00		
C	- Itens com cota exclusiva Me/EPP LC 147/2014				763.715,00	23,46%
82	Pneu tipo trator	4	8.650,00	34.600,00		
87	Pneu 17,5x25	6	5.690,00	34.140,00		
93	Câmara de ar	125	255,00	31.875,00		
Total Geral				4.488.254,42	4.488.254,42	
Análise						
Segundo a representante					1.122.063,60	
				a cota soma	1.977.188,52	25%
Segundo a Instrução				B + C	3.255.980,00	
				D	813.995,00	25%
				C - D	-50.280,00	menor

(Fonte: fls. 47/49)

Conforme o Quadro acima, constata-se:

1) Que nos itens 1 a 69, onde o valor previsto de cada item ficou abaixo de R\$80 mil, a Unidade destinou exclusivamente a ME e EPP atendendo o disposto no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

2) Que nos itens 70 a 81, onde o valor previsto de cada item ficou acima de R\$80 mil reais, a Unidade reservou a cota de até 25% a ME e EPP, relacionados nos itens 82 a 93, atendendo o disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

3) Que o valor da cota reservado a ME e EPP ficou bem abaixo do valor apurado pela representante; e

2) Que o valor da cota reservado a ME e EPP está abaixo do percentual de 25%.

Diante disto, a representação quanto a esse item não deve ser conhecida, pois não se confirma que valor reservado para a cota está acima do limite de 25% previsto na legislação.

2.2.2. Da exigência prevista no item 15.3 do Edital

A representante questiona a exigência prevista no item 15.3 do Termo de Referência – Anexo A do Edital que segue:

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

15.3. Para os pneus de automóveis de passageiros, uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados, a serem entregues, deverão conter, obrigatoriamente, a ENCE – Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, conforme portaria 544/2012 do INMETRO e alterações, na data da entrega.

15.3.1. Os pneus a serem entregues devem conter a seguinte classificação mínima: Eficiência Energética C ou superior; Segurança: D ou superior; Ruído: 73dB. A exigência dos indicativos visa cumprir com a nova redação do art. 3 da Lei Federal 8.666/1993, o qual rege que deverá a Administração promover o desenvolvimento nacional sustentável, e ainda a garantir maior segurança aos ocupantes dos veículos da frota municipal.

15.3.2. Não serão aceitos pneus sem a ENCE, sob hipótese alguma.

(Fonte: fl. 45) (Grifou-se)

Alega a representante, às fls. 7 a 9 da inicial:

O termo de referência do referido edital estipula que todos os pneus devem possuir “Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE: Eficiência Energética C ou superior”, para que estejam qualificados para participar do certame.

Contudo, em posse do referido edital, constatou-se que em todos os itens possuem a referida exigência. Porém, ao analisar a portaria INMETRO nº 544/2012, percebe-se que os requisitos de desempenho não são aplicáveis para determinados tipos de pneus, vejamos:

“1.1.2 Os requisitos de desempenho não são aplicáveis para:

- a) pneus de construção diagonal;
- b) pneus destinados ao uso exclusivamente temporário que apresentem marcação de forma indelével “Uso Temporário ou “Temporary Use Only”;
- c) pneus de motocicletas, motonetas e ciclomotores;
- d) pneus de veículos de coleção;
- e) pneus com índices de velocidade menor que 80 km/h;
- f) pneus tipo “Professional Off Road” (POR), que são aqueles projetados para uso em serviços fora das estradas e em condições severas, e que apresentam simultaneamente as seguintes características para:
 - f.1) pneus novos destinados a automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados com profundidade de sulco ≥ 11 mm, símbolo de velocidade $\leq Q$, voidtofillratio (percentual de espaços vazios na área de contato do desenho da banda de rodagem com o solo) $\geq 35\%$;
 - f.2) pneus novos destinados a veículos comerciais leves e rebocados com profundidade de sulco ≥ 11 mm, símbolo de velocidade $\leq Q$, voidtofillratio (percentual de espaços vazios na área de contato do desenho da banda de rodagem com o solo) $\geq 35\%$;
 - f.3) pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados com profundidade de sulco ≥ 16 mm, símbolo de velocidade $\leq K$, voidtofillratio (percentual de espaços vazios na área de contato do desenho da banda de rodagem com o solo) $\geq 35\%$;



g) pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados do tipo radial, projetados para uso misto, apenas no eixo de tração, onde a aplicação requer mais aderência na superfície de rolamento e que apresentem, simultaneamente, as seguintes características:

g.1) profundidade de sulco $\geq 18\text{mm}$;

g.2) símbolo velocidade $\leq K$;

g.3) voidtofillratio (percentual de espaços vazios na área de contato do desenho da banda de rodagem com o solo) $\geq 30\%$." (N.R.)

(Redação dada pela Portaria INMETRO número 365 de 22/07/2015)

Ademais, com relação aos itens do edital que exigem a apresentação dos índices, raramente são encontrados pneus que atendem a escala de desempenho A, B ou C, sendo que sequer os pneus de fabricação nacional apresentam, restando claro afronte ao princípio basilar da licitação, ou seja, da ampla concorrência no certame.

Dessa forma, ante as exigências ilegais estipuladas no edital guerreado, não resta outra alternativa a não ser sua retificação, deixando de exigir a etiquetagem para os pneus dos itens que não possuem, **e enquadrando os demais para que possam condizer com o real desempenho dos pneus que encontram-se no mercado nacional e importado**, sob pena de incorrer em ato ilegal, ao passo que restringe completamente o certame.

(Grifado pela representante)

No entanto, segundo texto abaixo, as etiquetas se tornaram obrigatórias para todos os pneus novos radiais de passeio e para veículos comerciais, importados ou nacionais:

Saiba decifrar as informações técnicas

Todos trazem uma etiqueta do Inmetro com classificações de performance que ajudam a escolher qual modelo comprar

Por Diogo de Oliveira

01/12/2019 11h50 Atualizado há 6 meses

Faz pouco mais de um ano que a etiquetagem de pneus passou a ser efetivamente notada pelos consumidores brasileiros. Os primeiros modelos com selo do Inmetro chegaram ao mercado entre 2015 e 2016, mas só em abril de 2018 **as etiquetas se tornaram obrigatórias para todos os pneus novos radiais de passeio e para veículos comerciais, importados ou nacionais**.

E isso vem mudando a forma de consumi-los. Se antes existia pouca (ou nenhuma) informação técnica, agora há três notas que mostram a performance em piso molhado, no consumo de combustível e no ruído.

[...]

Na prática, a etiqueta do Inmetro é uma réplica do modelo europeu. **O selo contém graduações de A a G, sendo as primeiras referentes ao melhor desempenho. Com base nessas notas, o consumidor pode decidir que critério priorizar — se quer um pneu que ajuda a poupar combustível (menor resistência à rolagem) ou com maior aderência em pista molhada.**

"Hoje é possível fazer a análise na hora da compra. Os pneus têm similaridade muito grande na aparência, e o consumidor não tinha como distinguir os modelos", endossa Fernando Pexe, líder de marketing de pneus de passeio da Goodyear. Entretanto, mesmo com os três indicadores ainda há casos que geram dúvidas. Por que, por exemplo, um pneu considerado "caro" pode ter notas baixas em consumo e ruído?

Para Sergio Kina, gerente técnico do Instituto da Qualidade Automotiva (IQA), que atua ao lado do Inmetro na certificação das etiquetas, a questão do preço é natural do mercado. "As empresas competem entre si e o custo é um fator de atração. Mas é importante lembrar que não existe milagre. Se tem um pneu 'nota A' e outro com a mesma graduação que custa um terço do valor, é preciso ficar atento à pirataria", aponta. "Por isso é essencial ter a etiqueta", completa.

O selo brasileiro só não mostra o quanto dura cada pneu. O Inmetro não adotou o indicador de desgaste (Treadwear). O índice é uma referência criada nos Estados Unidos para a durabilidade, mas não representa exatamente o quanto um modelo é capaz de rodar, já que a vida útil depende de diversos fatores.

Esse índice é calculado com base no desgaste apresentado em um teste que consiste em rodar 15.500 km (9.600 milhas) em velocidade constante e sobre o mesmo piso. Mas embora deva o Treadwear, a indústria acredita que o mercado amadureceu com a etiquetagem. "O regulamento definiu limites mínimos de performance para cada um dos três critérios e permite apenas a entrada de produtos que atendam a esses limites", valoriza Klaus Curt Müller, presidente executivo da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

(Fonte: autoesporte.globo.com/carros/noticia/2019/12/os-pneus-novos-tem-uma-nota-saiba-decifrar-informacoes-tecnicas.ghtml)

Também cita-se o recente texto sobre a etiqueta:

A nota etiqueta

A nova etiqueta segue 3 critérios estabelecidos pelo INMETRO

Etiquetagem de pneus

Resistência ao rolamento: são sete níveis, sendo que a nota A indica os modelos que economizam mais combustível.

Aderência em piso molhado: também em sete níveis, com a nota A oferecendo a melhor aderência na água.

Nível de ruído externo: é expresso em decibéis, com divisão em três níveis. São eles: uma onda (até 69 dB), duas ondas (70 a 72 dB) e três ondas (acima de 72 dB).

Selo Conpet: mostra que o pneu atende a todas as normas do Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural.

(Fonte: <https://quatorrodas.abril.com.br/auto-servico/entenda-como-funciona-a-nova-etiquetagem-de-pneus/> por Gustavo Henrique Ruffo Atualizado em 3 Maio 2021, 10h06 - Publicado em 31 mar 2016, 13h05)

todos os pneus tem etiqueta - F X Nova etiqueta de pneus ajuda - X Volta logo! Essa oferta é por tem - X Volta logo! Essa oferta é por tem - X

revistadospneus.com/pt/2021/03/16/nova-etiqueta-de-pneus-ajuda-o-consumidor/

Apps Google Microsoft Word - L...

Lista de leitura

Nova rotulagem dos pneus | Nova classificação:

Reorganização nos escalas das classes de desempenho da eficiência energética e distância de travagem em pavimento molhado, enquanto que o ruído exterior de rolamento é agora indicado pelo número de decibéis e pelas letras A, B e C.

(EU) No. 1222/2009 (EU) 2020/740

Antigo rótulo de pneus	Nova classificação
A	A
B	B
C	C
D	D
E	E
F	F
G	G
72 dB	72 dB

Antigo rótulo de pneus

Nova classificação

Em maio de 2021 vai ser introduzida no mercado europeu, a nova etiqueta dos pneus, que vem fornecer mais informações aos consumidores

Cabe anotar que os pneus estão previstos nos itens 7 a 13, 24 a 68, 70 a 80 e 82 a 92 do Anexo B do Edital.

Quanto ao previsto no item 15.3.1 do Anexo "A" do Edital, cabe anotar que classificação vai do nível "A", sendo nível mais eficiente, até "E", representando o índice menos eficiente em aderência, assim a exigência de no mínimo "C", que está meio da classificação, é uma exigência razoável.

Diante disto, a representante não tem razão quanto à etiqueta prevista no item 15.3 do Anexo "A" do Edital.

2.3. Do pedido

A representante requer, às fls. 9/10 da inicial, as seguintes providências:

- a) determine o CANCELAMENTO IMEDIATO do processo licitatório do edital de pregão eletrônico nº 42/2021 da Prefeitura Municipal de Concórdia/SC em observância ao que consta no Art. 144-A da Resolução TC0120/2015, tendo em vista a urgência devido a fundados indícios de favorecimento pessoal ou de terceiros, com todas as suas fases e contratações se já realizadas, para que seja republicado o edital com a exclusão do texto editalício em questão, das exigências viciadas conforme acima exposto;
- b) Determinar, que nas futuras licitações, para efeito de habilitação dos interessados, abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos artigos. 27 a 33 da Lei nº 8.666, de 1993;
- c) Ainda, se necessário, seja determinada a instauração de processo administrativo para o fim de apurar possível responsabilidade dos funcionários envolvidos em direcionar o certame para determinadas empresas, ilegalidade, a qual causa prejuízo não apenas à Representante, mas principalmente ao próprio Erário Público;

A autora especificamente não requereu a suspensão do procedimento licitatório promovido pela Prefeitura de Santa Terezinha, como medida cautelar, mas requer o **cancelamento imediato** do pregão e ainda, neste Tribunal, foi classificada como processo cautelar.

Nesta Corte, a Instrução Normativa nº TC-21/2015 possibilita ao Relator, através de despacho monocrático, até mesmo *inaudita altera parte*, a sustação do procedimento licitatório em casos de urgência.

E o art. 29 do referido ato normativo dá os contornos para a concessão da medida:

Art. 29. Em caso de urgência, de fundada ameaça de grave lesão ao erário ou a direito dos licitantes, de fundados indícios de favorecimento pessoal ou de terceiros e para assegurar a eficácia da decisão de mérito, o Relator poderá determinar à autoridade competente a sustação do procedimento licitatório, bem como dos atos administrativos vinculados à execução do contrato, incluídos quaisquer pagamentos decorrentes do contrato impugnado, até decisão posterior que revogue a medida ou até a decisão



definitiva, nos termos do art. 114-A do Regimento Interno desta Casa – Resolução n. TC-06/2001.

A medida cautelar é o pedido para antecipar os efeitos da decisão, antes do seu julgamento. É concedida quando a demora da decisão causar prejuízos (*periculum in mora*). Ao examinar a liminar, o relator também avalia se o pedido apresentado tem fundamentos jurídicos aceitáveis (*fumus boni iuris*).

Segundo o parágrafo acima citado, a medida deve ser fundada na ameaça de grave lesão ao erário ou a direito dos licitantes, de fundados indícios de favorecimento pessoal ou de terceiros e para assegurar a eficácia da decisão de mérito.

Quanto ao primeiro requisito

O *periculum in mora* exige a demonstração de existência ou da possibilidade de ocorrer um dano ao direito de obter uma tutela eficaz editada pela Corte de Contas no processo de representação.

No caso, o *periculum in mora* se materializa, tendo em vista que a representação foi protocolada no dia 13 de agosto e abertura está prevista **para o dia 18 de agosto de 2021**.

Quanto ao segundo requisito

A representante realiza 02 (dois) questionamentos, quais sejam:

- 1) Da exclusividade ou da cota reservada;
- 2) Da exigência da ENCE – etiqueta nacional de conservação de energia, prevista no item 15.3 do Termo de Referência – Anexo A do Edital.

A Instrução entende por não acolher os questionamentos.

Portanto, não se verifica o atendimento do segundo requisito da medida cautelar, que é o *fumus boni iuris*.

III. CONCLUSÃO

Considerando que a representação restringir-se-á à apuração dos fatos noticiados, conforme disposto no §2º do artigo 65 da Lei Complementar nº 2020/00; e

Diante do exposto, a Diretoria de Controle de Licitações e Contratações sugere à Exma. Sra. Relatora:

3.1. Não conceder a medida cautelar de sustação do Pregão Presencial nº 042/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Concórdia, por não atender os requisitos para sua concessão (item 2.2 do presente Relatório),

3.2. Remeter os autos ao Ministério Público de Contas para:

3.2.1. Conhecer da representação formulada pela empresa Roda Brasil Pneus, com fundamento no §1º do art.113 da Lei Federal nº 8.666/93, com fundamento no §1º do art.113 da Lei Federal nº 8.666/93, contra o Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2021, promovido pela Prefeitura Municipal de Concórdia, visando o registro de preços para a aquisição de pneus novos, câmaras, colarinhos e material para conserto de pneus, no valor previsto de R\$4.488.254,42, e no mérito, considerar improcedente, no tocante aos seguintes fatos:

3.2.1.1. O valor da cota previsto no Anexo "B" do Edital atende o disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06 (item 2.2.1 do presente Relatório); e

3.2.1.2. Não há irregularidade na exigência da etiqueta nacional de conservação de energia, prevista no item 15.3 do Termo de Referência – Anexo A do Edital (item 2.2.2 do presente Relatório).

3.2.2. Determinar o arquivamento dos autos.

3.2.3. Dar ciência do Relatório à Representante e ao Responsável pelo Controle Interno da Unidade.

É o Relatório.

Diretoria de Controle de Licitações e Contratações, em 14 de agosto de 2021.

Luiz Carlos Uliano Bertoldi
Auditor Fiscal de Controle Externo

De acordo, em 16/08/2021.

Anna Clara Leite Pestana
Coordenadora



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO Nº 32033/23

RELATORIA

FLS Nº 24



De acordo, em 17/08/2021.

Encaminhem-se os Autos à elevada consideração da Exma. Sra.
Relatora.

Caroline De Souza
Diretora



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 32033/23

RUBRICA: 

FOLHA: 25

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 04 de dezembro de 2023

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, de acordo com solicitação feita pela Empresa LUKAUTO COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS LTDA EPP:

1. A empresa questiona em sua fundamentação a exigência de itens que se enquadram dentro das modalidades A, B ou C, nas categorias de rolamento e temperatura, e que tal exigência estaria restringindo o caráter competitivo do certame, alegando ainda que *"nenhuma marca atende a necessidade específica do edital"*

Primeiramente, é importante pontuar que foi exigido índices A, B ou C para aderência ao molhado e rolamento.

A empresa apresenta em seu exemplo às fls. 05 o pneu do TIPO 165/70 R13, item este que não faz parte de nenhum dos itens descritos no presente edital, exatamente pelo fato de que a medida vem entrando em constante desuso, onde as montadoras estão substituindo a medida 165 com aro 13, pela medida 175 ou 185 com aro 14, motivo pelo qual o item 165/70R13 foi retirado das licitações da municipalidade, exatamente pela pouca oferta da medida junto ao mercado em razão do seu desuso, fato que pode ser comprovado através de matéria publicada pela revista AUTOPAPO:

"A alternativa é troca o pneu por um mais largo, nas medidas mais fáceis de encontrar atualmente. A



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

largura extra ajuda na estabilidade" (AUTOPAPO em
matéria publicada, disponível em
<<https://autopapo.uol.com.br/noticia/pneu-aro-13/>>)

Importante ressaltar que praticamente TODAS as fabricantes de pneus possuem duas linhas de fabricação, que varia de acordo com os compostos que são empregados na fabricação do insumo, de acordo com tais compostos que é possível distinguir entre pneus PREMIUM ou se da chamada "segunda linha", que diferem entre si em relação aos índices de qualidade, índices esses aferidos nos termos da portaria INMETRO n. 379 de 2021, que trata da etiquetagem ENCE. Pneus com classificação A em relação a aderência ao molhado, são muito mais efetivos que pneus com classificação E ou F.

Cumpramos ressaltar que a cidade de Nova Friburgo é uma das cidades com um dos maiores índices pluviométricos do Brasil, segundo levantamento realizado recentemente pela UFPB, somente no último ano, o índice pluviométrico ficou em 3.185,7mm, de acordo com dados disponibilizados em <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/as-cinco-cidades-do-brasil-onde-mais-choveu-as-mais-secas-de-2020-25014778>, razão mais que suficiente para justificar a classificação pretendida nos itens da presente licitação.

No mais a informação da empresa de que nenhuma marca atende a especificação do edital, a mesma não se sustenta, e iremos exemplificar:

ITEM 08 – PNEU 195/65 R 15, modelos que atendem aos requisitos:



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

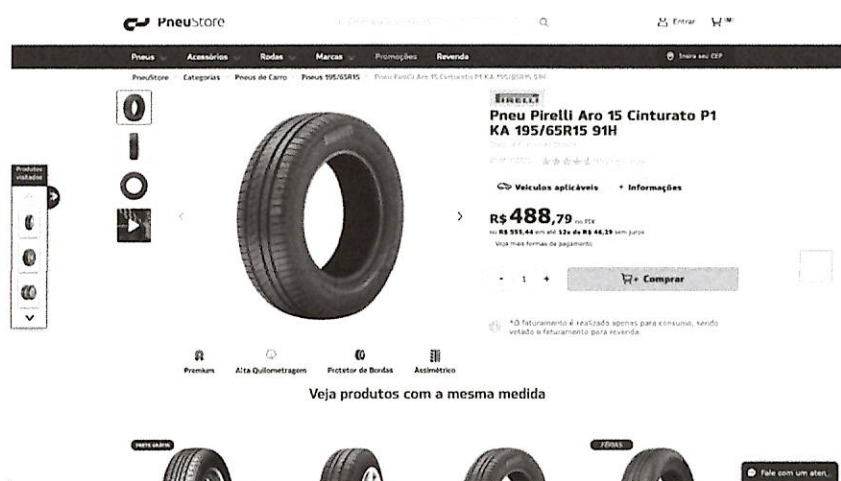


Classificação de aderência ao molhado: C

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

C

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-goodyear-aro-15-efficientgrip-performance-195-65r15-91h-10130127>



Classificação de aderência ao molhado: C

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível): C



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

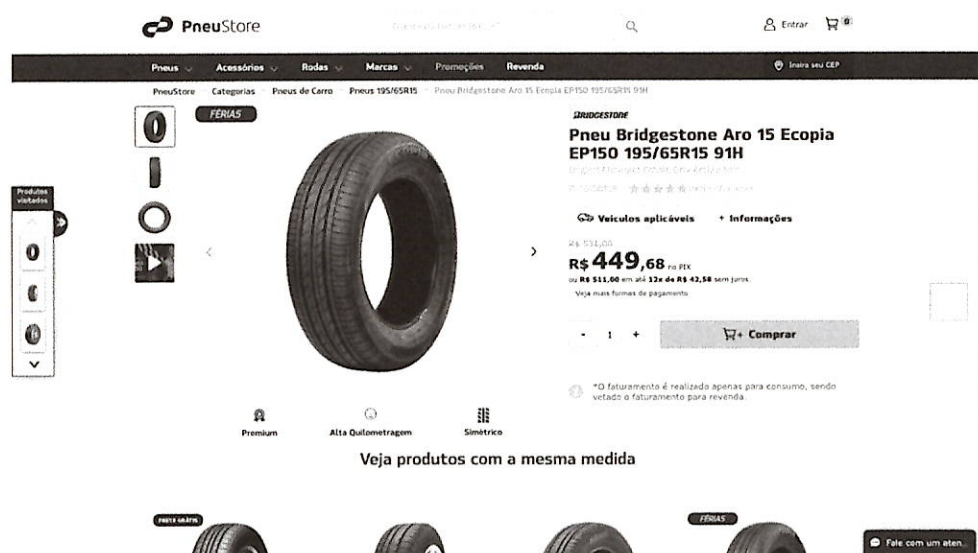
PROCESSO: 32033/23

RUBRICA: 1

FOLHA: 28

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-pirelli-aro-15-cinturato-p1-ka-195-65r15-91h-10070377>



Classificação de aderência ao molhado: C

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

B

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-bridgestone-aro-15-ecopia-ep150-195-65r15-91h-10100108>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 32033/23

RUBRICA: 1

FOLHA: 29

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados



Classificação de aderência ao molhado: A

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

B

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-michelin-aro-15-primacy-4-195-65r15-91h-10110161>

Ou seja, está mais que comprovado que as marcas possuem sim, itens que atendem de forma satisfatória a todas as descrições do edital.

De forma complementar, é importante ressaltar que itens em que entendemos que as especificações iriam de fato frustrar o caráter competitivo do certame, as especificações foram revistas e ampliadas, conforme o caso dos itens 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40.

Ainda sobre o tema, o mesmo já tem jurisprudência em julgado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da representação 21/00507308, que foi anexada na íntegra aos autos, mas que iremos destacar algumas partes relevantes, sobre o tema da etiqueta ENCE:

No entanto, segundo texto abaixo, as etiquetas se tornaram obrigatórias



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

para todos os pneus novos radiais de passeio e para veículos comerciais, importados ou nacionais:

Saiba decifrar as informações técnicas

Todos trazem uma etiqueta do Inmetro com classificações de performance que ajudam a escolher qual modelo comprar

Por Diogo de Oliveira

01/12/2019 11h50 Atualizado há 6 meses

Faz pouco mais de um ano que a etiquetagem de pneus passou a ser efetivamente notada pelos consumidores brasileiros. Os primeiros modelos com selo do Inmetro chegaram ao mercado entre 2015 e 2016, mas só em abril de 2018 as etiquetas se tornaram obrigatórias para todos os pneus novos radiais de passeio e para veículos comerciais, importados ou nacionais.

E isso vem mudando a forma de consumi-los. Se antes existia pouca (ou nenhuma) informação técnica, agora há três notas que mostram a performance em piso molhado, no consumo de combustível e no ruído.

[...]

Na prática, a etiqueta do Inmetro é uma réplica do modelo europeu. O selo contém graduações de A a G, sendo as primeiras referentes ao melhor desempenho. Com base nessas notas, o consumidor pode decidir que critério priorizar — se quer um pneu que ajuda a poupar combustível (menor resistência à rolagem) ou com maior aderência em pista molhada.

"Hoje é possível fazer a análise na hora da compra. Os pneus têm similaridade muito grande na aparência, e o consumidor não tinha como distinguir os modelos", endossa Fernando Pexe, líder de marketing de pneus de passeio da Goodyear. Entretanto, mesmo com os três indicadores ainda há casos que geram dúvidas. Por que, por exemplo, um pneu considerado "caro" pode ter notas baixas em consumo e ruído?

Para Sergio Kina, gerente técnico do Instituto da Qualidade Automotiva (IQA), que atua ao lado do Inmetro na certificação das etiquetas, a questão do preço é natural do mercado. "As empresas competem entre si e o custo é um fator de atração. Mas é importante lembrar que não existe milagre. Se tem um pneu 'nota A' e outro com a mesma graduação que custa um terço do valor, é preciso ficar atento à pirataria", aponta. "Por isso é essencial ter a etiqueta", completa.

O selo brasileiro só não mostra o quanto dura cada pneu. O Inmetro não adotou o indicador de desgaste (Treadwear). O índice é uma referência criada nos Estados Unidos para a durabilidade, mas não representa exatamente o quanto um modelo é capaz de rodar, já que a vida útil depende de diversos fatores. Esse índice é calculado com base no desgaste apresentado em um teste que consiste em rodar 15.500 km (9.600 milhas) em velocidade constante e sobre o mesmo piso. Mas embora deva o Treadwear, a indústria acredita que o mercado amadureceu com a etiquetagem. "O regulamento definiu limites mínimos de performance para cada um dos três critérios e permite apenas a entrada de produtos que atendam a esses limites", valoriza Klaus Curt Muller,



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

presidente executivo da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

(Fonte: autoesporte.globo.com/carros/noticia/2019/12/os-pneus-novos-tem-uma-nota-saiba-decifrar-informacoes-tecnicas.ghtml)

Também cita-se o recente texto sobre a etiqueta:

A nota etiqueta

A nova etiqueta segue 3 critérios estabelecidos pelo INMETRO:

Etiquetagem de pneus:

Resistência ao rolamento: são sete níveis, sendo que a nota A indica os modelos que economizam mais combustível.

Aderência em piso molhado: também em sete níveis, com a nota A oferecendo a melhor aderência na água.

Nível de ruído externo: é expresso em decibéis, com divisão em três níveis. São eles: uma onda (até 69 dB), duas ondas (70 a 72 dB) e três ondas (acima de 72 dB).

Selo Conpet: mostra que o pneu atende a todas as normas do Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural.

*(Fonte: <https://quatorrodas.abril.com.br/auto-servico/entenda-como-funciona-a-nova-etiquetagem-de-pneus/> por Gustavo Henrique Ruffo
Atualizado em 3 Maio 2021, 10h06 - Publicado em 31 mar 2016, 13h05)*

Sobre a representação 21/00507308, em que se é questionado o critério de aceitação baseado na etiqueta ENCE, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina assim decidiu:

*"Quanto ao previsto no item 15.3.1 do Anexo "A" do Edital, cabe anotar que classificação vai do nível "A", sendo nível mais eficiente, até "E", representando o índice menos eficiente em aderência, assim a exigência de no mínimo "C", que está meio da classificação, **é uma exigência razoável**. Diante disto, a representante **não tem razão quanto à etiqueta prevista** no item 15.3 do Anexo "A" do Edital."*

Sendo assim, entendemos que não assiste razão a impugnante, pois, essa exigência tem o fito de demonstrar a preocupação da municipalidade com o seus servidores e usuários de veículos oficiais, bem como pedestres e demais condutores



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A


S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

de forma geral, que utilizarão direta ou indiretamente os insumos pretendidos no atual certame, evidenciando assim sua preocupação com o interesse público, permitindo que o município faça a aquisição de pneus de melhor qualidade, e dentro das necessidades peculiares desta administração municipal.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,


Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871



32033
06 12 23
33 Delipe

Processo: 32033/2023

Requerente: Prime Consultoria e Assessoria Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 230 de 2023 - Processo Licitatório n. 18520/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 27/11/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 230 de 2023 - Processo Licitatório n. 18520/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de pneus para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 06 de dezembro de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/10, a existência de restrição à competitividade do certame, requerendo a exclusão da exigência de etiquetagem mínima, sob a alegação de que não existe nenhuma marca que atende a necessidade específica do edital, o que fere o princípio da isonomia.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 11, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística para pronunciamento de ordem técnica, na forma do item 29.5 do edital.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em manifestação de fls. 25/32, afirma que não assiste razão à impugnante, pontuando que *“foi exigido índices A, B ou C para aderência ao molhado e rolamento”*.

ls.



Afirma, ainda, que *“TODAS as fabricantes de pneus possuem duas linhas de fabricação, que varia de acordo com os compostos que são empregados na fabricação do insumo, de acordo com tais compostos que é possível distinguir entre pneus PREMIUM ou se da chamada “segunda linha”, que diferem entre si em relação aos índices de qualidade, índices esses aferidos nos termos da portaria INMETRO n. 379 de 2021, que trata da etiquetagem ENCE. Pneus com classificação A são muito mais efetivos que pneus com classificação E ou F”*.

Por fim, acrescenta que a afirmação da impugnante de que nenhuma marca atende a especificação do edital não se sustenta, sob a fundamentação de que está comprovado que outras marcas possuem sim itens que atendem de forma satisfatória a todas as descrições do edital, negando provimento ao pedido de impugnação.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 27/11/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 11/12/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.



Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em manifestação de fls. 25/32, respondeu todos os pontos impugnados, negando provimento à impugnação.

Considerando que foram impugnadas apenas questões técnicas referentes ao objeto licitado, a análise não é de atribuição desta pasta jurídica.

Isto posto, não tendo sido suscitada qualquer dúvida jurídica, desnecessária a análise desta Procuradoria-Geral.

III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III** para ciência e providências cabíveis para a consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.



É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 06 de dezembro de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

PROCESSO Nº 32033
DATA 06/12/23
Folhas 1º 36 Rubrica Felipe


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Supervisor de Processos
Administrativos
Matrícula 63347